

RUMO AO REAL

Governo tem plano para reduzir dívida pública

O ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, anuncia na quinta-feira o programa que não prevê calote ou redução de prazo de resgate dos títulos públicos e cria Fundo de Amortização da Dívida Pública

BEATRIZ ABREU
ODAIL FIGUEIREDO
e RIOMAR TRINDADE

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, anuncia na quinta-feira o programa do governo para redução da dívida interna sem calote e sem alongamento compulsório dos prazos de resgate dos títulos públicos. A estratégia definida pela equipe econômica é limitar a emissão de novos títulos somente para a rolagem da dívida pública. Ao mesmo tempo, na medida que os títulos forem vencendo, o governo vai resgatá-los com recursos do Fundo de Amortização da Dívida Pública, que será criado na medida provisória do real.

O Fundo será formado com dinheiro da venda de ações de empresas estatais e participação acionária da União. Os técnicos defendem a venda da participação minoritária da União em mais de mil empresas

privadas e até as ações de importantes empresas, desde que a União não perca o controle acionário. O Fundo, como admitiu ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, será administrado pelo BNDES.

Os técnicos do ministério admitem que se trata de um programa de redução da dívida pública. Reconhecem, no entanto, que os efeitos não serão percebidos no curto prazo.

A venda das ações das estatais deve ser administrada de tal forma que

o governo não corra o risco de os papéis não sofrerem um deságio e dificilmente renderá recursos imediatos ao caixa do Tesouro para o resgate da dívida.

Segundo previsões de técnicos do

Banco Central, o governo deve gastar mais de US\$ 13 bilhões com os juros dos US\$ 30 bilhões de títulos em circulação no mercado.

Carvalho admitiu, ainda, que a MP do real irá definir uma nova composição do Conselho Monetário Nacional (CMN). A proposta é suspender as atribuições do CMN de ordenar a emissão de moeda e o Congresso definirá o limite de emissão.

Emissão — Segundo o assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, o controle da emissão da nova moeda será a principal “âncora” do real. Por isso, a MP do real também vai restringir a emissão de moeda. Qualquer autorização posterior para emitir reais dependerá de MP ou projeto de

lei. O governo pensa em fixar um limite de R\$ 9 bilhões (ou US\$ 9 bilhões) para a emissão de reais até março de 1995.

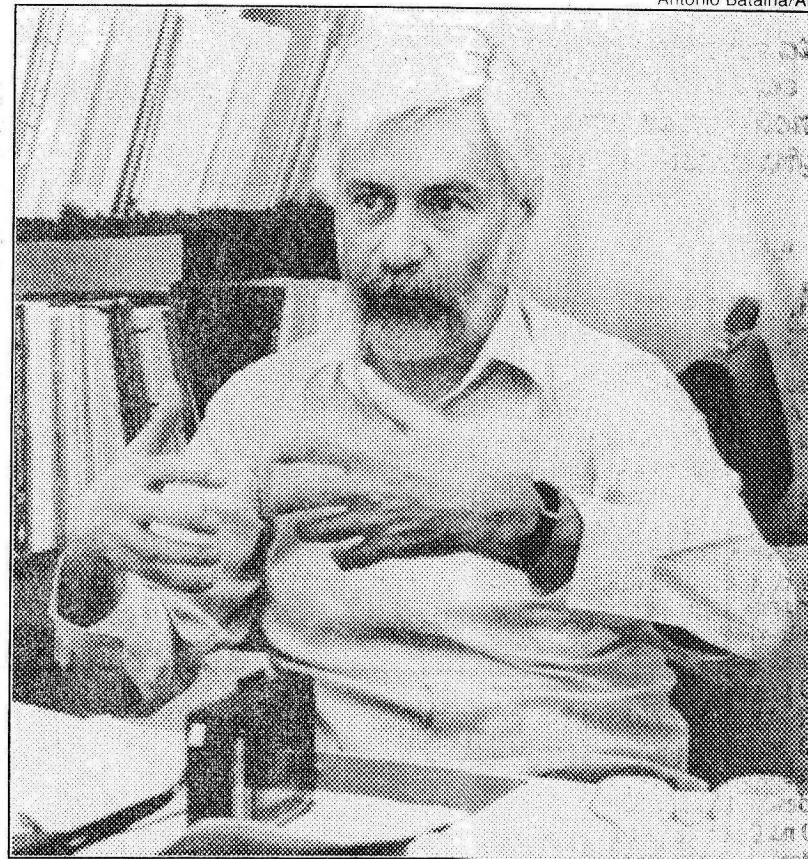
Bacha disse que, a partir dos limites fixados pelo Congresso, o CMN e

o BC terão autonomia para gerir a nova moeda. “A autoridade monetária terá poder para resistir às pressões do setor privado e do governo para emitir reais”, disse. Ele lembrou que, “em vários pronunciamentos, o presidente Itamar Franco se disse favorável à autonomia do BC”.

O CMN deixará de ter representantes do setor privado e o poder de decisão ficará concentrado no ministro da Fazenda, que é o presidente do CMN, e na diretoria do BC. Bacha acentuou que a idéia básica do plano é a de que “quem legisla sobre moeda é o Congresso, não o CMN”. Essa regra, lembrou, está prevista na Constituição.

De acordo com Bacha, o lastro de reservas cambiais que o governo vai usar para garantir o valor da moeda funcionará como “uma segunda linha de defesa” do real. “O lastro é mais um elemento para disciplinar a emissão de moeda e será definido em função dos limites de emissão do real.” O economista reiterou que não haverá livre conversibilidade do real, ou seja, a nova moeda não poderá ser trocada por divisas estrangeiras nos bancos, a não ser nos casos previstos em lei.

A MP DO
REAL VAI
MUDAR PAPEL
DO CMN



Antonio Batalha/AE

Bacha: emissão será fixada pelo Congresso e gerida pelo BC e CMN